

ILMO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA VALEC

Ref.
Concorrência Pública nº 007/2016

CONSÓRCIO ENECON - CONSOL, já qualificado na concorrência pública em referência, vem, respeitosamente, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO**, com sustento no Art. 109, inciso I, alínea b da Lei 8.666/93 e item 16.1, do edital de licitação nº 007/2016, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos.

1. DOS FATOS E DO DIREITO

A VALEC promoveu o processo licitatório de concorrência pública nº 007/2016, visando a *"contratação de empresa para execução de serviços técnicos profissionais especializados de supervisão das obras de implantação da EF-151 – Ferrovia Norte-sul – Trecho Extensão Sul – Subtrecho: Lote 01S (km 0+000 a 111+219)"*.

De acordo com as disposições do edital de concorrência nº 007/2016, o julgamento das propostas técnicas ocorreria através da atribuição de notas aos profissionais indicados como responsáveis técnicos pelas licitantes, de acordo com as respectivas capacidades técnico-profissional. Desta feita, a cada profissional indicado para os respectivos cargos fora atribuída uma pontuação que espelha sua capacidade técnico-operacional.

De acordo com o item 12.3.6 do edital, a pontuação à capacidade técnica ocorreria por meio da comprovação de experiência em serviços atinentes ao objeto licitado, exigindo, no geral, dois atestados em nome de cada um dos profissionais indicados pelas licitantes, em maior ou menor grau de especificidade (um atestado mais específico e outro mais amplo).

Lidia Oliveira Salgado
Recepcionista - SULIC
VALEC Eng. Constr. e Ferrovia S.A.

2010312017
14:56



Sendo assim, o edital determinou que, para o cargo de "Engenheiro de OAE, Drenagem e OAC", o profissional indicado deveria contar com um atestado que comprove *"experiência em supervisão e/ou execução de obras de artes especiais de obras de infraestrutura de transportes ferroviários ou metroviários"* e outro que comprove *"experiência em supervisão e/ou execução de obras de infraestrutura de transportes ferroviários, metroviários ou rodoviários"*. Apresentado o primeiro tipo de atestado, seriam somados 5 pontos à pontuação técnica da licitante. Apresentado o segundo tipo – cujos serviços exigidos são menos específicos – seriam somados 2 pontos à pontuação técnica da licitante. Logo, a pontuação máxima – atribuível à licitante que apresentasse pelo menos um atestado para cada tipo de serviço exigido – é 7 pontos.

Pois bem. Para o supracitado cargo de Engenheiro de OAE, Drenagem e OAC, o Recorrente indicou o sr. Carlos Augusto Muniz. Consta, em sua proposta, diversos atestados que garantiriam a nota técnica máxima (7 pontos) ao cargo em questão, uma vez que estes comprovam os dois tipos de experiências exigidas pelo edital.

Todavia, a Douta Comissão de Licitação atribuiu apenas 2 pontos ao referido profissional. Justificou o tolhimento dos 5 pontos restantes ao afirmar que não consta na proposta do Recorrente atestado que comprove a experiência do profissional nos serviços exigidos para a função indicada, especificamente prestados em obras ferroviárias ou metroviárias. Desta feita, foram atribuídos somente os 2 pontos referentes à comprovação de experiência em serviços de obras de arte de infraestrutura rodoviária.

Veja a decisão: *"Atestados apresentados não são de obra FERROVIÁRIAS nem METROVIÁRIAS"*.

Ocorre que, **acredita-se que por mero erro material**, a Douta Comissão deixou de somar a pontuação do atestado apresentado pelo Recorrente, pois, como se verifica no relatório de julgamento, a comissão considera válido o atestado constante das folhas 1179 a 1181, mas deixa de pontuá-lo na nota final.

E não poderia a comissão entender de maneira diversa. **Foram apresentados vários atestados em nome do supracitado profissional, e dois deles constam a experiência específica em supervisão de obras de arte de infraestrutura ferroviária.** Portanto, a única nota a ser atribuída ao quesito é a nota máxima, de 7 pontos.

Veja que o Recorrente apresentou 2 (dois) atestados em nome do profissional indicado e que atendiam aos critérios fixados pelo edital, especificamente quanto a obras de infraestrutura ferroviárias. São eles:

- **Atestado/CAT nº 531/95**, juntado às fls. 1179-1181 da proposta, emitido pela Aço Minas Gerais S.A. Comprova que o profissional indicado – sr. Carlos Augusto Muniz – prestou serviços na **supervisão** da construção de **PONTES FERROVIÁRIAS** sobre o Rio Soledade, Rio Gurita e Ribeirão da Passagem.

- **Atestado/CAT nº 235/91**, juntado às fls. 1165/1166 da proposta, emitido pela Açominas. Comprova que o profissional indicado – sr. Carlos Augusto Muniz – prestou serviços na supervisão da obra para construção de quatro viadutos no **RAMAL FERROVIÁRIO** de Ouro Branco/MG.

Apenas para ilustrar e reforçar a já comprovada experiência descrita no atestado supracitado (CAT nº 531/95), doravante junta-se as fotos das referidas PONTES FERROVIÁRIAS, que contaram com a supervisão do profissional indicado pelo Recorrente no momento de sua construção:

- Ponte Ferroviária Sobre Rio Soledade



Coordenadas

Início:

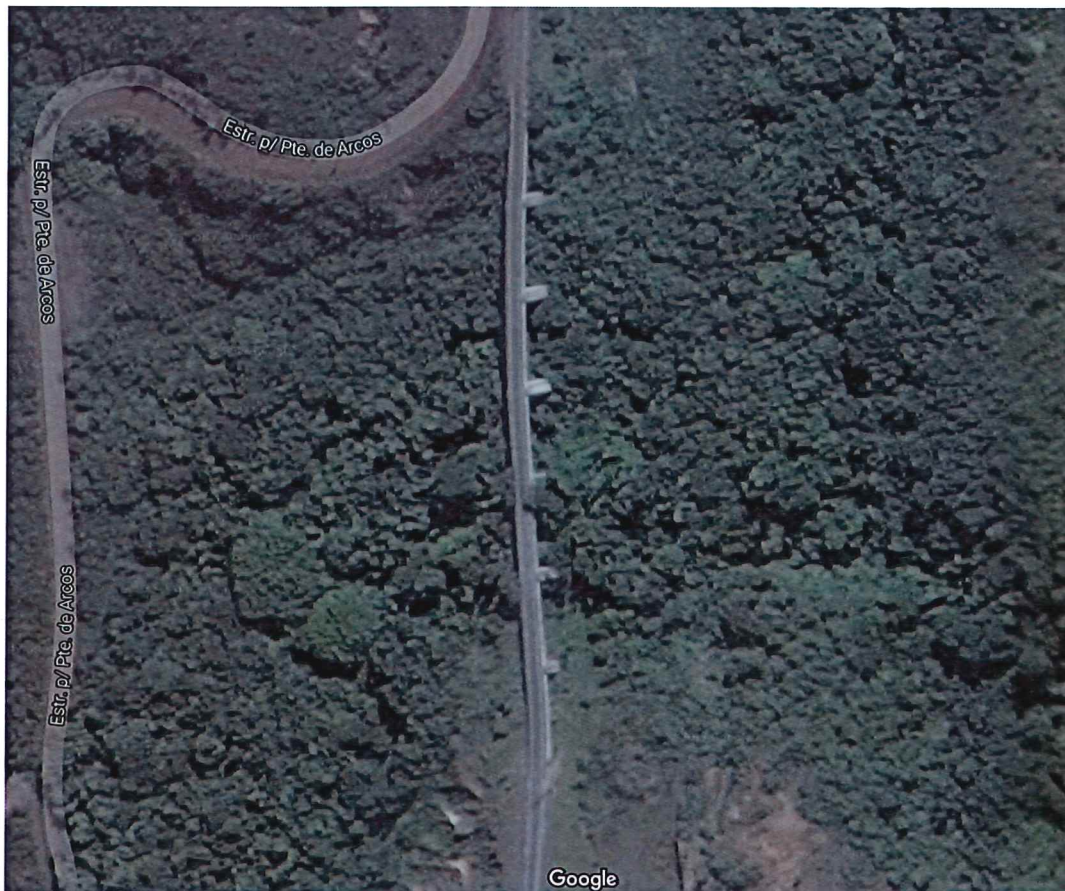
Longitude: 627.476,61

Latitude: 7.732.552,87

Fim

Longitude: 627.277,19

Latitude: 7.731.795,65

- Ponte Ferroviária Sobre Rio Gurita

Coordenadas

Início

Longitude: 625.261,36

Latitude: 7.729.246,37

Fim

Longitude: 625.267,62

Latitude: 7.729.025,36

- Ponte Ferroviária Sobre Ribeirão da Passagem



Coordenadas

Início

Longitude: 625.133,21

Latitude: 7.728.433,78

Fim

Longitude: 624.998,80

Latitude: 7.728.298,95

Os atestados acima são provas cabais de que o profissional indicado pela Recorrente realizou, na condição de responsável técnico, obras ferroviárias. Logo, o mesmo atende às condições de capacidade técnica estabelecidas no edital em sua plenitude.

Atribuir nota distinta do total à capacidade técnica do profissional indicado configura burla ao Princípio da Vinculação ao Edital, bem como do Julgamento Objetivo.

O julgamento das propostas deve ser feito de acordo com os critérios fixados no instrumento de convocação. É o que consta no art. 45 da Lei 8.666/93:

Art. 45. O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.

Nesse sentido, corrobora o Egrégio STF:

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. EDITAL. IMPOSSIBILIDADE DE AMPLIAÇÃO DO SENTIDO DE SUAS CLÁUSULAS. ART 37, XXI, CB/88 E ARTS. 3º, 41 e 43, V, DA LEI N. 8.666/93. CERTIDÃO ELEITORAL. PRAZO DE VALIDADE. CLASSIFICAÇÃO DO RECORRENTE E DAS EMPRESAS LITISCONSORTES PASSIVAS. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO A DIREITO LÍQUIDO E CERTO.

1. A Administração, bem como os licitantes, estão vinculados aos termos do edital [art. 37, XXI, da CB/88 e arts. 3º, 41 e 43, V, da Lei n. 8.666/93], sendo-lhes vedado ampliar o sentido de suas cláusulas, de modo a exigir mais do que nelas previsto.

2. As certidões de quitação das obrigações eleitorais, na ausência de cláusula do instrumento convocatório ou de preceito legal que lhes indique prazo, presumem-se válidas até a realização de novo pleito.

3. A habilitação das empresas litisconsortes passivas no certame, com o recorrente, não causa qualquer lesão a direito líquido e certo.

4. Agravo regimental a que se nega provimento."
(STF, AG.REG.NO RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA : RMS 24555 DF, Relator(a): Min. EROS GRAU, Primeira Turma, Julgamento em 21/02/2006, publicação em 31/03/2006)

O edital exige, para a atribuição dos 5 pontos restantes - que não foram somados à nota do profissional indicado pela Recorrente - a comprovação de experiência em obras de infraestrutura ferroviária, através de um atestado técnico. Caso é que foram apresentados 2 (dois) atestados que atendem a tal requisito, conforme exposto acima. Um desses atestados, inclusive, consta no quadro de notas elaborado pela Douta Comissão.

O profissional indicado pela Recorrente cumpre com os requisitos para a atribuição da nota máxima de 7 (sete) pontos, de modo que até mesmo a Douta Comissão identificou os dois atestados exigidos para tal. Sendo assim, outra nota não poderia ser dada à capacidade técnica-profissional do sr. Carlos Augusto Muniz, sob pena de violação aos ditames do edital e ao Princípio do Julgamento Objetivo.

Consequentemente, também há de ser majorada a nota total da proposta técnica da Recorrente para 99 (noventa e nove) pontos.

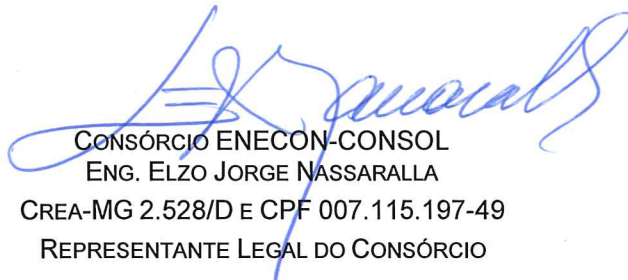
2. DOS PEDIDOS

Ante todo o exposto, a Recorrente requer:

- a) Seja recebido este recurso no efeito suspensivo, sobrestando a licitação até o seu julgamento;
- b) Seja reconsiderada a decisão atacada, no prazo de cinco dias, para retificar a nota atribuída à capacidade técnica do profissional indicado pela licitante para a função de Engenheiro de OAE, Drenagem e OAC – sr. Carlos Augusto Muniz – haja vista que o mesmo comprovadamente cumpre com os requisitos do edital para obtenção da nota máxima de 7 (sete) pontos;
- c) Na improvável manutenção da decisão vergastada, requer o encaminhamento das presentes razões à Autoridade Administrativa imediatamente superior, de acordo com a Lei, para julgá-lo, reformando-se a decisão impugnada no sentido acima mencionado;

d) Sejam os demais licitantes intimados para impugnar o presente recurso no prazo legal, caso queiram.

Belo Horizonte 16 de Março de 2017.



CONSÓRCIO ENECON-CONSOL
ENG. ELZO JORGE NASSARALLA
CREA-MG 2.528/D E CPF 007.115.197-49
REPRESENTANTE LEGAL DO CONSÓRCIO